

DA CONTEMPORANEIDADE, DO PÓS-COLONIAL E DA TRADUÇÃO: SOBREVIVÊNCIAS

Jânderson Albino Coswosk*

RESUMO

A presente proposta trilha alguns percursos teóricos a respeito dos conceitos de *contemporaneidade*, *pós-moderno* e *pós-colonial* e de que forma eles impactam os Estudos de Tradução, tendo em vista o papel do tradutor e da tradução no mundo contemporâneo. Tendo como aporte teórico Derrida (1973), Gentzler (2008), Agamben (2009), Arrojo (1992, 1996, 1998), Bhabha (1998), Alvarez (2014), Costa (2014), entre outros, a proposta reafirma a necessidade de epistemes intercessoras que auxiliem na compreensão de fenômenos econômicos, culturais, sociais e políticos gerados por rastros de sobrevivências do passado com os impactos do momento contemporâneo. Encarar a tradução a partir desta perspectiva também pode conferir um novo olhar aos Estudos de Tradução e contribuir para uma nova maneira de ler o mundo e agir sobre ele.

Palavras-chave: Contemporaneidade; Pós-colonial; Estudos de Tradução.

ABSTRACT

This work proposes a theoretical analysis on the concepts of *contemporaneity*, *post-modern* and *postcolonial* and how they impact the Translation Studies, taking into account the role of the translator and translation in contemporary world. Under the theoretical framework proposed by Derrida (1973), Gentzler (2008), Agamben (2009), Arrojo (1992, 1996, 1998), Bhabha (1998), Alvarez (2014), Costa (2014), among others, this paper reaffirms the need for intercessors when it comes to understanding the economic, cultural, social and political phenomena generated by past surviving traces concerning their impacts on contemporary time. Facing translation from this perspective may also contribute to a new look at the Translation Studies, in addition to construct a new way of reading the world.

Keywords: Contemporaneity; Postcolonial; Translation Studies.

* Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade da PUC-Rio.

Introdução

A pergunta *Em que tempo vivemos?* soa como um imperativo para refletirmos o momento atual da História da humanidade, ou, nas palavras de Rancière (2014), “o estado das coisas”. “O estado das coisas” é uma triagem dos acontecimentos próprios do presente, a saber, “o uso de uma estrutura interpretativa na qual eles assumem seu significado e a determinação de um conjunto de possibilidades e impossibilidades que derivam do que é dado e de sua interpretação” (RANCIÈRE, 2014, p.203).

Essa pergunta motivou, de maneira muito sensível, o professor da Paris VIII a descrever a contemporaneidade como uma ficção. Longe da imaginação, a ficção é uma construção elaborada a partir de percepções e dos sentidos que conferimos a elas (2014, p. 203). Nesse sentido, o conceito de contemporaneidade e os pressupostos para se estabelecer o perfil do homem contemporâneo tem abalado os estudos de historiografia, pós-coloniais, de literatura comparada e de tradução. As cesuras estabelecidas pelo colonialismo e suas mais diversas configurações produziram efeitos que provocam posturas teóricas controversas, na busca de se definir o modo como as sociedades pós-coloniais se organizam hoje considerando o Império, os fluxos de capital, de informação e de pessoas pelo mundo e as trocas culturais.

O artigo propõe uma análise teórica sobre os conceitos de *contemporaneidade*, *pós-moderno* e *pós-colonial*¹ e de que forma eles impactam os Estudos de Tradução, tendo em vista o papel do tradutor e da tradução no mundo contemporâneo.

1 Múltiplos horizontes de uma mesma (?) paisagem: alguns conceitos

¹ Por conta de toda uma confusão acadêmica proveniente, de maneira geral, do meio estadunidense, a respeito dos termos *contemporaneidade*, *pós-modernidade*, *pós-colonial*; a) sobretudo por conta da influência da cultura nesses conceitos; ou ainda, b) por serem tratados de maneira cronológica, como um fator “social e filosófico” (ARROJO, 1998, p. 68); c) ou se se trata de fenômenos que devem ser lidos sob uma ótica epistemológica, preferiu-se, aqui, estabelecer alguns parâmetros apontados por Nietzsche (1996), Agamben (2009), Jamenson (1997), Bhabha (1998), Rancière (2014), Santos (2010), entre outros, sobre o momento histórico atual e seus reflexos conceituais nos Estudos de Tradução.

Os anseios por um mundo moldado por ideais modernos tomaram forma e conceitos no Iluminismo. A crise do período medieval foi caracterizada pela busca da razão e do conhecimento como pilares para o preceito de *vida boa* defendido por Aristóteles². A crença em um saber baseado no *logos* e no *cogito* cartesiano era, no Iluminismo, a promessa de guiar o homem do século XVIII às luzes de um novo projeto político e cultural, desvinculado dos pressupostos teológicos.

Arrojo (1996) argumenta que a universalidade e neutralidade do conhecimento e da razão, tão defendidas na França e na Inglaterra no período iluminista, expõem uma ânsia por uma modernidade vinculada a “valores de uma determinada classe, de uma determinada raça, e de um determinado gênero” (p.53), o que por consequência serviu para justificar um eurocentrismo exacerbado, a colonização, o racismo, o sexismo, a negação da diferença e da história com o nazismo.

O projeto da modernidade foi elaborado com base nos interesses do homem ocidental, em detrimento de povos “sem poder e sem prestígio”, conforme Arrojo (1996, p. 54), que não puderam reclamar a sua legitimidade. Nas palavras da referida teórica, ela “é essencialmente autocentrada e vê não apenas o mundo, mas todo o universo, como satélites que devem girar em torno de suas concepções e interesses” (ARROJO, 1996, p. 54). Esse arquétipo moderno construiu sua base exatamente fincada nos pressupostos que tanto rejeitara no passado medieval, isto é, na dominação, no essencialismo, na repressão e neutralização do Outro, com a substituição do “Deus teológico” pelo “Deus do *logos*” (ARROJO, 1996, p. 55). Essa construção e assimilação desse movimento é, sobretudo, cultural e social.

Tendo como foco a História na qualidade de uma ciência distante do positivismo, da exatidão matemática, dos valores da vida alicerçados apenas no pensamento lógico e racional, Nietzsche (1999), em seu texto seminal *Segunda Consideração Extemporânea: Da utilidade e Desvantagem da História para a Vida*, abre caminhos para uma longa discussão teórica no campo das humanidades sobre até que ponto a História tem valor para a vida, debatendo sobre a febre histórica em que vivia a sociedade ocidental do século XIX.

Para o filósofo, é necessária uma força plástica, a fim de que se cresça por si mesmo dentro de uma possibilidade de assimilação e transformação do passado. O ato de criar, para

² Ver em ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. Mário Gama Kury. Brasília: UNB, 2001. Transversal – Revista em Tradução, Fortaleza, v.2, n.1, p. 04-18, 2016.

Nietzsche, exige uma reinterpretação e liberação do passado, visto que a vida precisa de renovação. A História é vista aqui como uma terapia, uma experiência e não algo que enfraquece a vida. Essa experiência supra-histórica, que se posiciona acima da tríade passado-presente-futuro, confere à vida humana, em sua esfera social e cultural, um sentido estético de existência.

Seguindo a trilha de Nietzsche, Agamben (2009) reconhece como potência histórica a capacidade do homem de se aproximar e se distanciar, simultaneamente, do seu tempo. Como o próprio autor define, o homem contemporâneo não coincide com o presente e se afasta de seus anseios, por conta de sua inatualidade; “mas [...] exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo” (AGAMBEN, 2009, p. 58-59). Ou ainda, numa belíssima ilustração metafórico-científica, define o homem contemporâneo como “aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGAMBEN, 2009, p. 62).

O estranhamento, o não familiar, a descontinuidade entre nós e o tempo não nos faz nostálgicos, habitando outros espaços temporais. Essa habilidade nos possibilita sermos sujeitos no tempo, e não meros coadjuvantes no processo histórico. É nessa capacidade de transformar e relacionar o tempo com outros tempos, “de nele ler a história de modo inédita” (AGAMBEN, 2009, p. 72), de dialogar com imagens, textos e contextos de outras épocas, além da nossa, que reside o espírito original do contemporâneo.

A procura pela “luz” no “escuro do presente” também foi discutida por Santiago (2013) e Erber (2014), que, em diálogo com Agamben (2009), fazem alusão à moda como o exemplo mais claro do caráter intempestivo. Já no título de seu texto, *Ser atual, ser paradoxal*, Santiago (2013) entrelaça os modelos paradoxais estabelecidos pelo filósofo alemão e pelo italiano, porque

a referência a ela [a moda] esclarece a pertinência da fissura operada no tempo histórico pela inatualidade. [...] O contemporâneo está sempre adiantado ou atrasado. A roupa da moda oscila entre o momento que ainda não chegou e aquele que já não é mais. É reconhecida por todos como algo que ainda não é, que será talvez, ou que já foi (SANTIAGO, 2013, p. 01).

Nas palavras de Agamben (2009, p. 66), “um ‘muito cedo’ que é, também, um ‘muito tarde’, de um ‘já’ que é, também, um ‘ainda não’”.

Erber (2014), por outro lado, parte de uma abordagem sobre a antropologia contemporânea, a escrita etnográfica, o pesquisador e o objeto para fundamentar um contraponto a respeito do assunto. Esclarece que apesar de “o contemporâneo esta[r] na moda” (p. 01), há uma tentativa de recusa e de distanciamento a esse tempo devido à pluralidade de sentido do termo e seus usos. De acordo com Erber (2014), embora convencionou-se denominar de contemporâneo o que se apresenta após o período moderno, o termo *contemporaneidade* mantém ligações com eventos, fenômenos, dos quais seus elementos são contemporâneos uns dos outros.

O referido teórico expressa a dificuldade que se tem em debater e tomar uma posição teórica sobre o tema, uma vez que esse posicionamento é político e “acaba por esbarrar quase que necessariamente na crescente contemporaneidade transnacional como fenômeno decisivo do mundo atual, dito ‘globalizado’” (ERBER, 2014, p. 84).

O esforço em apresentar diversos pontos de vista sobre a contemporaneidade não se esgota em si mesmo. Os diálogos aqui estabelecidos nos possibilitam perceber o quanto as posições teóricas que mantêm relação como contemporâneo influenciam nas discussões acerca dos Estudos Pós-Coloniais e de Tradução. Ao enxergar “a globalização não apenas como um fenômeno econômico, mas como partilha de um mesmo tempo, como crescente *contemporanização* [grifo do autor] da diferença” (ERBER, 2014, p. 88), Pedro Erber elucidada, tal como Resende (2014), que a “ruptura de fronteiras, geopolíticas, de gênero, de dicções, da transgressão de limites” (RESENDE, 2014, p. 01)³ exige que o olhar do teórico contemporâneo se sensibilize com as trocas globais de arte, com os trânsitos culturais, com os fluxos migratórios de pessoas no mundo inteiro em pequena ou grande escala e de novas maneiras de ler o mundo e agir sobre ele.

Ao contrário do século XIX, período em que Friedrich Nietzsche procurou se acertar com seu tempo e se distanciar da febre histórica que assolou seus contemporâneos, Santos (2010) afirma que vivenciamos um mundo assombrado pelo prefixo *pós*: *mundo pós-racial, pós-moderno, pós-colonial, pós 11 de setembro, pós-estruturalista, pós-fundacionista, pós-*

³O fragmento citado é parte da fala da professora Beatriz Resende (UFRJ), do *Colloque International La poésie dans la Littérature Brésilienne contemporaine*, 2014, sob o título *Le contemporain dans la Littérature Brésilienne*. A pesquisadora tem se dedicado nos últimos anos à produção literária brasileira e sua circulação global no mundo contemporâneo. Ver mais a respeito em “RESENDE, Beatriz. *Apontamentos de crítica cultural*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002”.

independência. Todavia, as divergências nos mais diferentes campos teóricos nos levam a refletir e contestar as dicotomias *antes/depois* e *origem/fim*, à medida que a contemporaneidade ainda precisa lidar com a *diferença* imposta pelo mundo dito *pós-colonial*.

As trevas invocadas num tom quase teológico por Giorgio Agamben sobre a contemporaneidade imprimem suas sombras sobre os textos de Hall (2003) e de Krishnaswamy (2007), quando tratam da questão pós-colonial. A preocupação tanto de Hall (2007) quanto de Santos (2010) reside exatamente na semântica do prefixo *pós*, à proporção que “os estudos pós-coloniais abrangem, principalmente, as articulações ‘entre’ e ‘através’” (SANTOS, 2010, p. 341), e não *depois*. Se vivenciamos um período que sucede o colonialismo e que pode ser também caracterizado como o *tempo da diferença*, é importante pensar que tipo de sujeitos essa diferença produz no mundo atual, tendo em vista que os efeitos produzidos pelo colonialismo ainda perduram, mesmo que sob uma nova configuração (HALL, 2003, p. 101).

À frente da questão do desengajamento por parte dos intelectuais a respeito do uso negativo do termo *pós-colonial* (SANTOS, 2010, p. 345), o crítico cultural percebe no termo, de modo análogo a Pratt (1999), uma possibilidade de releitura da colonização “como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – [qu]e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou ‘global’ das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação” (HALL, 2003, p.108), fato que gerou uma vasta “proliferação de histórias e temporalidades, a intrusão da diferença e da especificidade nas grandes narrativas generalizadoras do pós-Iluminismo eurocêntrico, [e] [...] os movimentos e migrações que compõem hoje o mundo” (Idem, p. 111).

Também de modo conciliativo, Krishnaswamy (2007) apresenta o pós-colonialismo como uma convergência para a globalização, em uma tentativa de balizar ambos os campos teóricos, para se destacar as divergências e em que momentos a teoria pós-colonial converge com a da globalização. Embora seus pontos de referência históricos e geopolíticos, de certa forma, convergem-se, Krishnaswamy (2007) esclarece que tanto o pós-colonialismo quanto a globalização possuem afiliações disciplinares diferentes:

O pós-colonialismo possui como foco o passado eurocêntrico-colonial e examina de que forma as práticas subalternas e produções nas periferias não ocidentais

respondem a dominação ocidental. A teoria da globalização concentra-se em um presente pós/neocolonial e analisa como as práticas ocidentais contemporâneas e produções afetam o resto do mundo (KRISHNASWAMY, 2007, p. 02, tradução nossa).

A defesa da autora parte da premissa que o *novo* sobre a teoria da globalização é o seu conteúdo pós-colonial. Exemplos disso são os vocabulários *desterritorialização*, *migração*, *diferença*, *hibridismo* e *cosmopolitismo*, além de *universal e particular*, *global e local*, *homogeneidade e heterogeneidade*, que figuram principalmente na gramática pós-colonial de Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Spivak (2007, p. 03).

Jameson (1997) confere maior ênfase ao termo *pós-moderno* e não ao pós-colonial, pois vê na crise de historicidade que perpassa o mundo contemporâneo a causa da desestabilidade do tempo, o que não permite o homem contemporâneo organizar seu passado e seu futuro de modo a evitar o que ele designou como uma produção cultural resultante de “um amontoado de fragmentos” (1997, p. 52). Tanto Said, em *Orientalismo*, quanto Homi Bhabha foram contrários a essa postura, já que nem o pós-estruturalismo/pós-modernismo e nem o marxismo deram conta de sedimentar os efeitos do encontro colonial (SANTOS, 2010, p. 346). Bhabha (1998) foi mais enfático: para a ele a pós-modernidade é ainda uma espécie de *work in progress*. O imaginário esquizofrênico do sujeito pós-moderno carrega elementos sociais, políticos e econômicos que caracterizam a história colonial, e tampouco foram reconhecidos e analisados (SANTOS, 2010, p. 354).

Rancière (2014), nesse aspecto, ainda imprime um tom materialista em sua reflexão, cujo embasamento se dá pela via althusseriana. Embora o mundo esteja marcado pela *ideia do fim* das grandes narrativas marxistas e tenha se inserido numa narrativa modernista, às custas de um mercado global e dos deslocamentos temporais globais e individuais, o filósofo francês traz uma contribuição inédita a respeito desse ir e vir dos fatos históricos: o tempo, em seu ponto de vista, é concebido como um conjunto de possibilidades (2014, p. 204).

Diferentemente do discurso pós-moderno, vê na necessidade histórica não uma promessa nostálgica, mas uma oportunidade de transformar o mundo com seus ranços de exploração capitalista a partir do conhecimento gerado por esse *estado das coisas*. O que há, segundo ele, é a redistribuição ou uma *neonarrativa* dos elementos de exploração *do e através* do capital na sociedade do espetáculo, sem mudança de *corpus*. Seria a narrativa da repetição,

o controle e manipulação do tempo a partir da mídia, o monopólio das formas de descrição do perceptível, do imaginável, do factível (2014, p. 214-215).

Esse passeio pelos meandros teórico-conceituais dos termos evidenciados nos leva a crer que estabelecer um conceito, dentro das possibilidades teóricas, implica não somente em assumir uma postura política, mas também (principalmente no caso dos termos supracitados), em estabelecer uma sistemática que avalie o fato histórico sob uma perspectiva mais epistemológica do que cronológica.

O fato de nos encontrarmos em uma ambiência teórica pós-estruturalista, marcada não somente por ocupações territoriais, desterritorialização e escravização de povos, mas também assinalada pela hibridização de sujeitos, trocas e rupturas de fronteiras linguístico-culturais, onde cabe falar em Tradução na contemporaneidade? Quais são as heranças maiores deixadas pelos postulados pós-modernos nos Estudos de Tradução? O que significa traduzir hoje, em um contexto pós-colonial? Qual é a importância dos Estudos de Tradução para o entendimento do mundo contemporâneo e a produção de uma nova historiografia? Até que ponto a Tradução marca a *diferença*, apontada por Hall (2003), nas convergências entre língua, cultura e história, entre o dito e o não dito, o explícito e o implícito?

2 Tradução e sobrevivências

A Tradução sempre esteve às margens da filosofia, da teoria literária, da linguística e das demais ciências humanas (ARROJO, 1992, p. 412). Ela passou a ser tema relevante nos debates pós-modernos e nos estudos de linguagem a partir da década de 80 (ARROJO, 1996, p. 62). Sua relevância nunca foi tão evidente quanto no mundo contemporâneo.

Os rastros espectrais deixados pelo colonialismo no âmbito do expansionismo marítimo, da instalação dos colonos no Novo Mundo, da captura, chacina e escravidão de povos e da formatação das Américas sobrevivem graças a um longo e sólido processo tradutório, responsável por moldar culturas e identidades nas zonas de contatos entre colonizadores e colonizados. Em referência à visão de Gentzler (2008), Salgueiro (2014) assinala que a formação identitária dos povos que para as Américas migraram estão

Transversal – Revista em Tradução, Fortaleza, v.2, n.1, p. 04-18, 2016.

intrinsecamente ligadas à História da Tradução nas Américas, uma vez que, por forçada assimilação de línguas e culturas, esses povos foram obrigados a negociarem entre o *antes* e o *depois*, entre seus valores linguístico-culturais e os do colonizador, por questões de sobrevivência.

Em diálogo com Vieira (1992) e Niranjana (1992), Arrojo (1996, p. 64) evidencia traços que relacionam, com certo grau de parentesco, a tradução e a colonização⁴: tanto uma quanto a outra se processam em um “transporte cultural” (p. 64). Se no campo dos Estudos de Tradução, durante muito tempo, houve uma forte tendência em se pregar a sacralização do original como *intocável*, e se *tocado*/traduzido, perde sua *essência*, a colonização foi um processo no qual houve a tentativa de apagar ou deixar invisível os traços culturais e identitários do sujeito colonizado. A crença em um conhecimento e em uma cultura pura e universal, tão difundida no Iluminismo, foi fortemente combatida por Jacques Derrida em sua *Gramatologia*. Partindo do *Curso de Linguística Geral* de Saussure e de alguns de seus conceitos a respeito do signo, Derrida (1973) desmistifica a velha discussão sobre o original e a tradução e redimensiona o modo como a linguagem opera, as relações entre texto a traduzir e texto traduzido, tradutor e autor, tradutor *como* autor e os processos de significação que ocorrem no ato de traduzir. A essa aceitação das diferenças ele designou como *différance*.

Nietzsche e Freud foram seus aliados no combate à esquizofrenia logocêntrica e à metafísica da presença, conforme Arrojo (1992). Segundo a autora, para Nietzsche, a impossibilidade do original reside na fabricação de *verdades*, ou seja, o conhecimento se dá através de uma produção de metáforas, dado que

não há, na origem de qualquer manifestação linguística, um significado ‘presente’ à espera de que o veículo significante o transporte para o emissário adequado; não há [...] um ‘original’, um nível de conhecimento que possa ser anterior à linguagem e que simplesmente se deixe envolver ou macular por ela. No início de tudo, há apenas a formação de uma metáfora (ARROJO, 1992, p. 421).

⁴Os trabalhos a que Rosemary Arrojo se refere são de grande importância para a questão tradutória e suas relações com o colonialismo. Ver em “VIEIRA, Else. *Por uma Teoria Pós-Moderna da Tradução*. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.” e “NIRANJANA, Tejaswini. *Siting Translation — History, Post-Structuralism, and the Colonial Context*. Berkeley, Los Angeles e Oxford: University of California Press, 1992”.

Paralelamente à sua análise sobre o notável trabalho de Vicente L. Rafael, Arrojo (1998) exemplifica como o processo de tradução intercultural, em uma via de mão dupla, foi ferramenta para sobrevivência de traços culturais de povos exilados e também serviu para exterminá-los no período colonial e convertê-los ao cristianismo. O colonizador espanhol se colocava na qualidade de portador da palavra de Deus, e portanto, dono da verdade e intérprete do Outro.

Também Santiago (2014) reflete sobre o papel da carta de Pero Vaz de Caminha e sua leitura do Brasil, como tradutor e intérprete do período colonial brasileiro. Embora o seu trabalho e de tantos outros professores tivessem sofrido influências do que ele designa de “vírus lusitano”, Silviano Santiago expõe as manobras do colonizador, na pessoa de Caminha, e conclui (sob uma ótica nietzschiana) que o período colonial constituiu-se de metáforas: com metáforas, o estrangeiro estabelecia padrões culturais e linguísticos, escrevia textos descritivos sobre o território brasileiro, determinava o que pertencia à civilização e à selvageria, disseminava valores impregnados em textos/cartas que se tornariam canônicos mais tarde. O indígena como *tabula rasa* e a metáfora da semente difundida pelos jesuítas, eram o prato cheio para o colonizador português implantar uma nova forma de ler a paisagem colonial brasileira.

Todas as manobras coloniais se davam pela via do texto, uma vez que

o Império foi um exercício textual: relatórios de burocratas coloniais, anúncios, tratados políticos, diários, editais, cartas, romances de aventura, todos continham ideias imperiais de orgulho racial e poder nacional. [...] Em curto espaço de tempo, muitas pessoas encontraram-se com uma enorme diversidade geográfica, cultural e humana, e recorreram a figuras retóricas conhecidas para traduzir o inarticulável, tornando familiar o estranho pelo uso de nomes conhecidos, e convenções textuais estabelecidas (SOUZA, 2010, p. 343).

Na contemporaneidade, surge a necessidade de uma epistemologia tradutória que se preocupe com as diferenças, em termos de línguas, culturas e povos e não com uma metodologia que tenta apagá-las.

Tornar as diferenças em semelhanças é um desenho insustentável, devido à inexistência de um *ponto de chegada cultural* determinado em se traduzir com estratos textuais e culturais, omissões, apagamentos de rastros muitas vezes significativos para que o tradutor alcance não o autor, mas o leitor. E nessa recepção de uma realidade diferente, que é mundo e texto a ser lido, o receptor da mensagem fica inibido de atingir o clímax do contato

Transversal – Revista em Tradução, Fortaleza, v.2, n.1, p. 04-18, 2016.

entre ele e a tradução. Sem essa preocupação, fica impossível acontecer um processo tradutório em que o tradutor transmite os ideais socioculturais do que traduz para uma outra língua e cultura.

Os binarismos *original/tradução*, *começo/fim*, as tão calorosas discussões sobre o prefixo *pós* não se sustentam mais no mundo contemporâneo, pois a visão que se tem de tradução hoje perpassa questões muito maiores. O local, o global e a cultura passam a ter peso no que se refere a tradução, pois ela se torna uma possibilidade de negociação cultural, e não simplesmente um esforço de transposição interlingual.

A tomada de consciência desse processo possibilita uma nova forma de lidar com o conhecimento tradutório e cultural na contemporaneidade. Essa consciência pode abrir portas para discussões sobre o reconhecimento do tradutor como intérprete do que traduz e a identidade autoral que lhe cabe, o conhecimento de seu nome e de suas escolhas, ou, suas *assinaturas*, conforme Agamben (apud BLUME; PETERLE, 2013, p. 5)⁵, o salto da marginalização para a valorização de seu ofício, a abertura de diálogos e inclusão dos Estudos de Tradução no meio acadêmico de maneira mais latente, considerando seu isolamento e descaso frente aos estudos da linguagem.

Se traduzir implica escolhas, e muitas vezes pautadas no mito do original e na visão logocêntrica, é necessário pensar que *escolher*, de certa forma, é um exercício de poder. Pensar no *Outro cultural* como o mesmo familiar, a fim de domesticar o texto estrangeiro sob uma violência tradutória (VENUTI, 2010, p. 68) ou epistêmica (BLUME; PETERLE, 2013, p. 10); escolher *o que e de que* maneira traduzir; atribuir significados e trabalhar a partir de seus desdobramentos; caracterizar o que é *alta* ou *baixa* literatura para se traduzir, implicam relações de poder, uma vez que traduzir é estar “no espaço de encontro com o estrangeiro” (BLUME; PETERLE, 2013, p. 6), com o Outro, com leituras de mundo diferentes.

Pensar a tradução apenas como um produto acabado, em sua materialidade propriamente física, é ignorar toda uma complexidade que permeia o processo tradutório. Tal como apontam Blume & Peterle (2013, p. 04), a tradução dá sobrevida ao texto traduzido⁶.

⁵ Esta citação feita pelas autoras marca a ausência de escolhas puras e neutras feitas pelo tradutor em seu ofício.

⁶ Bhabha (1998, p. 311) adverte sobre a sobrevida da tradução via Derrida, enquanto Souza (2014, p. 116) enfatiza o conceito a partir de Benjamin, em “SOUZA, Eneida Maria. Ficções Impuras. In: _____.; Transversal – Revista em Tradução, Fortaleza, v.2, n.1, p. 04-18, 2016.

Alvarez (2014) e Costa (2014) defendem que é nesse sentido que ela se revela como um ponto de partida para a negociação entre passado e presente. Ambas compactuam da ideia ou do conceito-função de tradução como possibilidade de negociação entre o que foi e o que é, de modo a manter uma cultura em conciliação e respeito pela outra. Suas reflexões sobre tradução intercultural e seu sentido deslocado partem da lógica de ver o ato tradutório como uma catacrese, uma política que analisa de que maneira

discursos e práticas feministas viajam por uma variedade de lugares e direções e acabam se tornando paradigmas interpretativos para a leitura/escrita de questões de classe, gênero, sexualidade, migração, saúde, cidadania, política e circulação de identidades e textos (ALVAREZ, 2014, p. 01)⁷.

O projeto político *Translocalities/Translocalidades* reúne percepções de pesquisadoras de várias universidades que leem as Américas Latinas como *translocais*, onde pessoas se movem o tempo todo, em um trânsito não só nacional, mas também local, regional. Essas viagens exibem trocas locais, principalmente entre mulheres na América Latina e latino-americanas aos Estados Unidos (ALVAREZ, 2014, p. 01). As autoras mencionam, assim como Arrojo (1996), o deslocamento do vocábulo “tradução”, que vai além de um processo semiótico e morfossintático. Aqui reside a preocupação em saber como uma teoria ou material cultural é traduzido, considerando de que maneira esses aspectos “viajam” de uma localidade para outra.

As *Translocas* (apelido do grupo das pesquisadoras envolvidas no projeto) sistematizaram sua percepção de mundo face à constante negociação cultural nas Américas globalizadas. É uma “autotradução” como modo de vida, estratégia de sobrevivência fora do local de origem. *Traduzir-se* é uma postura política, frente à realidade imposta pela segregação do discurso hegemônico. É um modelo que combate os regimes sexistas e patriarcais de modo a difundir o feminismo e seus desdobramentos.

LYSARDO-DIAS, Dylia; BRAGANÇA, Gustavo Moura. (Orgs.). *Sobrevivência e devir da leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014”.

⁷ Todas as citações de Alvarez (2014) em língua portuguesa foram retiradas do texto “_____”. Construindo uma política feminista translocal da tradução. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 17(3): 312, p. 743-753, setembro-dezembro/2009”, porque tanto este como a introdução da obra *Translocalities*, também elaborada pela referida autora, compactuam do mesmo rigor organizacional e teórico.

Esses são alguns dos exemplos mais próximos de uma visão contemporânea sobre os Estudos de Tradução. Isso nos leva a crer o quanto esse campo é vasto e requer um novo olhar sobre as ressonâncias que a tradução produz nos mais diversos espaços teóricos.

As reflexões a respeito da tradução e do medo do contemporâneo, do agora, residem exatamente no ponto em que Erber (2014) tocou em seu texto. Através da antropologia, o teórico percebe que o distanciamento entre o pesquisador e o objeto etnográfico é que causa esse medo. É uma espécie de fetichismo, já que o incompreensível é um objeto de desejo e horror, paradoxalmente. A dialética entre aproximação e distanciamento do incompreensível é a demanda atual das ciências humanas e principalmente dos Estudos de Tradução.

O medo reside não em um fracasso tradutório, ou no texto que não conseguiu ser o que foi proposto a ser. O medo está na incompreensão de todas essas demandas econômicas atuais, no *intraduzível* dos fluxos migratórios e culturais, no aparelhamento da mídia, na pesquisa etnográfica, nos textos literários e nas artes de modo geral que se desenvolvem à luz desses fenômenos, e que, por consequência, impactam os Estudos de Tradução em todas as suas vertentes.

De modo análogo a Krishnaswamy (2007) e Salgueiro (2014), reafirma-se a necessidade de epistemes intercessoras que auxiliem na compreensão desses fenômenos gerados por rastros de sobrevivências do passado com os impactos do momento contemporâneo. Essa nova maneira de encarar a tradução também favorece um olhar sobre esses fenômenos, uma vez que “tudo está por fazer” (ARROJO, 1992, p. 438).

São entre-lugares, ressonâncias tradutórias, vácuos, rizomas, gerados pelo período colonial que precisam de uma escuta diferenciada. Em meio a tantas divergências conceituais, convergências ou tentativas de compreender a contemporaneidade e suas influências sobre a tradução, presenciemos visões múltiplas de diferentes paisagens, mas sem dúvida, todas na tentativa de descrever uma melhor forma de ler/traduzir o mundo, e lutar pela emancipação do tempo contemporâneo, criando o tempo da igualdade dentro do tempo da desigualdade, sem o apagamento da diferença.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALVAREZ, Sonia E. Introduction to the Project and the volume / Enacting a translocal feminist politics of translation. In: _____. ... [et al.]. **Translocalities/Translocalidades: feminist politics of translation in the Latin/aAméricas**. The United States of America: Duke University Press, 2014.

_____. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 17(3): 312, p. 743-753, setembro-dezembro/2009.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. trad. Mário Gama Kury. Brasília: UNB, 2001.

ARROJO, Rosemary. Tradução. **Palavras da Crítica. Tendências e Conceitos no Estudo da Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. Os Estudos da Tradução Na Pós-Modernidade, O Reconhecimento da Diferença e A Perda da Inocência. **Cadernos de Tradução**, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, n.1, p. 53-70, 1996.

_____. Translation, Colonialism, And Conversion: Expanding Horizons For Translation Studies. **The Translator -- Studies in Intercultural Communication**. Manchester, Inglaterra, v. 4, n.2, p. 343-349, 1998.

BHABHA, Homi. Como o Novo entra no Mundo: o espaço pós-moderno, os tempos pós-coloniais e as provações da Tradução Cultural. In: _____. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila... [et al.]. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BLUME, Rosvitha Friesen; PETERLE, Patrícia. Tradução e Relações de Poder: algumas reflexões introdutórias. In: _____. (Orgs.). **Tradução e Relações de Poder**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

COSTA, Cláudia de Lima. Introduction to debates about Translation / Lost (and found?) in translation / Feminisms in Hemispheric Dialogue. In: ALVAREZ, Sonia E. ...[et al.]. **Translocalities/Translocalidades: feminist politics of translation in the Latin/aAméricas**. The United States of America: Duke University Press, 2014.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ERBER, Pedro. A moda e o medo do contemporâneo. In: OLINTO, Heidrun Krieger & SCHOLLHAMMER, Karl Erik (Orgs.). **Cenários contemporâneos da escrita**. Rio de Janeiro: 7Letras: PUC-Rio: FAPERJ:CNPq, 2014.

GENTZLER, Edwin. **Translation and Identity in the Americas – New Directions in Translation Theory**. London: Routledge, 2008.

Transversal – Revista em Tradução, Fortaleza, v.2, n.1, p. 04-18, 2016.

HALL, Stuart. Quando foi o Pós-Colonial? Pensando no Limite. In: _____. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende ... [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática, 1997.

KRISHNASWAMY, Ravathi. Postcolonial Studies: Connections, Conflicts, Complicities. In: _____. & HAWLEY, John C. [Edts.]. **The postcolonial and the global**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. Considerações extemporâneas. In: _____. **Obras incompletas**. Coleção Os Pensadores: seleção de textos de Gérard Lebrun. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999, p. 267-298.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Trad. Jézio Hernani Bonfim Guerra. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. Em que tempo vivemos? **Revista Serrote**. Rio de Janeiro: IMS, n° 16, abril, 2014, p. 203-222.

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. Traduzir a Negritude: Desafio para os Estudos de Tradução na Contemporaneidade. **Cadernos de Letras da UFF**. Rio de Janeiro, n. 48, p. 73-90, 2014.

SANTIAGO, Silviano. Ser atual, ser paradoxal. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29/03/2013. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,ser-atual-ser-paradoxal,1014774>. Acesso em 05/08/2015.

_____. A literatura brasileira da perspectiva colonial – um depoimento [A literatura brasileira à luz do pós-colonialismo]. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 07/09/2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/09/1511606-a-literatura-brasileira-a-luz-do-pos-colonialismo.shtml>. Acesso em: 05/08/2015.

SANTOS, Eloína Prati dos. Pós-Colonialismo e Pós-Colonialidade. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Niterói: EdUFF; Juíz de Fora: EdUFJF, 2010.

SOUZA, Eneida Maria. Ficções Impuras. In: _____.; LYSARDO-DIAS, Dylia; BRAGANÇA, Gustavo Moura. (Orgs.). **Sobrevivência e dever da leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VENUTI, Lawrence. Translation as Cultural Politics: Régimes of domestication in English. In: BAKER, Mona (Ed.). **Critical Readings in Translation Studies**. New York: Routledge, 2010.

Transversal – Revista em Tradução, Fortaleza, v.2, n.1, p. 04-18, 2016.